A CIÊNCIA POLÍTICA DE LÊNIN: PARTIDO, ESTADO E DEMOCRACIA

Theófilo Rodrigues[1]

Resumo

As contribuições teóricas de Lênin para as ciências sociais foram inúmeras. Para a sociologia política, seus conceitos de formação social e via prussiana são indispensáveis. Para as relações internacionais, a interpretação do imperialismo como fase superior do capitalismo mantém sua atualidade. E no campo da economia, o conceito de capital financeiro ainda é explicativo. No presente artigo, argumento que também para a ciência política Lênin foi um autor relevante, em particular com suas teorias do partido político, do Estado e da democracia. O texto está estruturado em três seções. A primeira discute a sua teoria do partido político. Com Lênin surge o chamado "partido de novo tipo", uma forma de organização política até então inexistente. A segunda parte analisa a forma como o revolucionário russo atualizou a teoria do Estado de Karl Marx e Friedrich Engels. Por fim, a terceira e última seção avalia o debate entre Lênin e Karl Kautsky acerca do tema da democracia. O artigo conclui que Lênin deveria ser considerado um autor fundamental da literatura da ciência política.

Palavras-chave:
Partidos Políticos; Estado; Democracia

[1]Professor do programa de Pós-Graduação em Sociologia política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM)

Abstract

Lenin's theoretical contributions to the social sciences were numerous. For political sociology, his concepts of social formation and the Prussian path are indispensable. For international relations, the interpretation of imperialism as the superior phase of capitalism remains current. And in the field of economics, the concept of financial capital is still explanatory. In this article, I argue that Lenin was also a relevant author for political science, in particular with his theories of the political party, the State and democracy. The text is structured into three sections. The first discusses his theory of the political party. With Lenin, the so-called "new type party" emerged, a form of political organization that had previously not existed. The second part analyzes how the Russian revolutionary updated the State theory of Karl Marx and Friedrich Engels. Finally, the third and final section evaluates the debate between Lenin and Karl Kautsky on the topic of democracy. The article concludes that Lenin should be considered a fundamental author in political science literature.

Keywords:
Political Parties; State; Democracy

Introdução

Vladimir Ilitch Ulianov Lênin nasceu em 22 de abril de 1870 e faleceu em 21 de janeiro de 1924. Suas contribuições teóricas para as ciências sociais foram inúmeras. Para a sociologia política, seus conceitos de formação social e via prussiana são indispensáveis. Como já tive a oportunidade de demonstrar alhures (RODRIGUES, 2024), essa sociologia de Lênin teve início com o ensaio de juventude *Quem são os amigos do povo?*, e foi aperfeiçoada posteriormente em textos como *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* e em *O programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907.* Para as relações internacionais, a dialética centro-periferia e a interpretação da dinâmica global descrita em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* mantém sua atualidade (COITINHO, 2021; OSÓRIO, 2018). E, no campo da economia política, o conceito de capital financeiro ainda é explicativo (FERNANDES, 2024;

FERNANDES, 2017). No presente artigo, argumento que também para a ciência política Lênin foi um autor relevante, em particular com suas teorias do partido político, do Estado e da democracia.

Com efeito, Florestan Fernandes já havia feito observação semelhante nessa direção na década de 1970. Em 1978, Florestan publicou um volume sobre Lênin na coleção *Grandes Cientistas Sociais* que foi editada pela Ática. A introdução redigida por Florestan para esse volume é uma das mais perfeitas sínteses da obra do revolucionário russo. Nessa introdução, Florestan (1989, p. 46-48) sugere que, em termos de investigação e de teoria, a contribuição de Lênin à ciência política é substancial nas seguintes áreas: (1) na teoria do Estado, (2) na teoria da revolução, (3) na caracterização das formas de democracia, (4) nas análises das "bases" econômicas das estruturas de poder, (5) nas "bases" políticas da formação social, (6) e no socialismo como doutrina política e no marxismo como variedade do socialismo. Sem discordar de Florestan, o artigo optou por aprofundar apenas três dessas áreas, as já mencionadas teorias do partido político, do Estado e da democracia.

O texto está estruturado em três seções. A primeira discute a sua teoria do partido político. Com Lênin surge o chamado "partido de novo tipo", uma forma de organização política até então inexistente. A segunda parte analisa a forma como o revolucionário russo atualizou a teoria do Estado de Karl Marx e Friedrich Engels. Por fim, a terceira e última seção avalia o debate entre Lênin e Karl Kautsky acerca do tema da democracia. O artigo conclui que Lênin deveria ser considerado um autor fundamental da literatura da ciência política.

A teoria do partido político

> "*Só um partido guiado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda*" (LENIN, 1980, p. 97).

Em geral, a ciência política *mainstream* considera entre os pais fundadores da teoria dos partidos políticos autores que escreveram no início do século XX como Weber, Michels e Ostrogorski. Já tive a oportunidade de demonstrar em outra ocasião que há uma ausência imperdoável nessa lista: Friedrich Engels.

Afinal, no fim do século XIX Engels já havia oferecido "originais observações sobre as nascentes organizações de caráter eleitoral que passariam a ser conhecidas como 'partidos de massas' pela teoria política" (RODRIGUES, 2020, p. 225). Mas há uma outra lacuna nessa teoria dos partidos políticos que precisa ser corrigida: a de Lênin.

Lênin é sem dúvida alguma o maior teórico do partido revolucionário do século XX. Antes de examinar algumas obras de Lênin devemos observar o conselho do professor Augusto Buonicore de que não existe apenas uma teoria do partido político em Lênin. O ponto central é o de que a teoria do partido em Lênin se altera conforme a realidade concreta da Rússia se altera (BUONICORE, 2003). Isso significa dizer que, para um marxista-leninista, não existe um modelo único de partido.

Como é sabido, nos últimos anos do século XIX o jovem Lênin foi exilado na Sibéria onde escreveu *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, uma das mais completas obras econômicas do marxismo. Mas é já com esse texto que Lênin inicia a percepção política de que a organização revolucionária na Rússia deveria conseguir aliar a classe operária com a classe camponesa, em que pese o fato de o autor ressaltar o protagonismo do proletariado. No prefácio à segunda edição deste livro, Lênin deixa claro que "a força do proletariado no movimento histórico é incomensuravelmente maior que a sua proporção numérica no conjunto da população" (LENIN, 1985, p. 9). Afinal de contas, naquele momento a classe camponesa na Rússia era muito mais numerosa que a classe operária.

Mas foi com a publicação de "*Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*" em 1902 que Lênin realizou sua primeira grande obra política visando a organização do movimento revolucionário. Como nos mostra o autor no prefácio do livro, a ideia inicial de *Que Fazer?* era tratar de três problemas: o caráter e o conteúdo principal da agitação política; as tarefas de organização; e a criação de uma organização de combate em toda a Rússia. Entretanto, o necessário embate teórico contra o oportunismo e sua ideia de transformar a social-democracia em "partido democrático de reformas" fez com que Lênin alterasse um pouco o rumo inicial do livro.

Ao observar o perigo decorrente da espontaneidade das massas sem a direção da organização revolucionária, ou seja, do partido, Lênin chegará a afirmar que os operários não possuem consciência social-democrata, pois essa só poderia ser introduzida de fora para dentro. Lênin trava neste momento um importante combate contra a espontaneidade das massas. Segundo o autor:

> (...) o desenvolvimento espontâneo do movimento operário marcha precisamente para a sua subordinação à ideologia burguesa (...) porque o movimento operário espontâneo é trade-unionismo (...) e o trade-unionismo implica precisamente a escravização ideológica dos operários pela burguesia. Por isso, a nossa tarefa, a tarefada social-democracia, consiste em combater a espontaneidade, em fazer com que o movimento operário se desvie desta tendência espontânea do trade-uniosnimo de se acolher debaixo da asa da burguesia e em atraí-lo para debaixo da asa da social-democracia revolucionária (LENIN, 1980, p. 108).

Que Fazer? transformou-se assim não só na primeira grande obra política de Lênin como também na principal defesa da incorporação da teoria na formulação da organização política. A famosa frase "sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário" (LENIN, 1980, p. 96-97) ou a passagem em que Lênin afirma que "só um partido guiado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda" (LENIN, 1980, p. 97) são exemplos da defesa da teoria na conformação da luta política presentes em *Que Fazer?*. Sobre essa dimensão do partido, Braz (2011, p. 84) percebeu bem que "para Lênin, o partido de vanguarda deve funcionar como o mediador entre a teoria revolucionária e a prática política das massas, buscando construir, a partir de objetivos estratégicos bem definidos, a unidade ideológica entre os diversos movimentos".

No ano seguinte, 1903, o Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR) se reuniu na cidade de Bruxelas em seu segundo Congresso. Após intenso embate o II Congresso do POSDR aprovou muitas das teses apresentadas por Lênin em *Que Fazer?* contra os oportunistas. A partir de então se torna claro o racha no seio do partido entre os leninistas, denominados bolcheviques e os oportunistas que seriam chamados de mencheviques.

Finalizado o II Congresso do POSDR Lênin se põe a tarefa de redigir *Um passo em frente, dois passos atrás*. Aqui Lênin se vê obrigado a apresentar os motivos da cisão partidária – bolcheviques e mencheviques – que se iniciou no II Congresso do POSDR. Por meio de uma profunda análise do Congresso e das divergências organizativas internas, Lênin ressalta com vigor a importância da disciplina e do centralismo no interior do partido. Nas palavras do autor,

> Exprimo assim, de maneira absolutamente clara e precisa, o meu desejo, a minha exigência de que o partido, como destacamento de vanguarda da classe, seja algo o mais organizado possível, que o partido só aceite nas suas fileiras aqueles elementos que admitam, pelo menos, um mínimo de organização (LENIN, 1980, p. 254).

Já no que diz respeito à disciplina do proletariado o autor dirá que,

> Precisamente a fábrica, que a alguns parece apenas um espantalho, representa a forma superior de cooperação capitalista, que unificou e disciplinou o proletariado, o ensinou a organizar-se, o pôs à cabeça de todas as outras camadas da população trabalhadora e explorada. Precisamente o marxismo, ideologia do proletariado educado pelo capitalismo, ensinou e ensina aos intelectuais inconstantes a diferença entre o lado explorador da fábrica (disciplina baseada no medo de morrer de fome) e o seu lado organizador (disciplina baseada no trabalho em comum, unificado pelas condições em p que se realiza a produção altamente desenvolvida do ponto de vista técnico). A disciplina e a organização, que ao intelectual burguês tanto custam a adquirir, são facilmente assimiladas pelo proletariado, justamente graças a essa "escola" da fábrica (LENIN, 1980, p. 352).

Com o estouro da Revolução Russa de 1905, propiciada pela decadência da economia do país em consequência da guerra Nipo-Russa, Lênin escreverá "*Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*" entre diversas outras importantes obras em que reverá muito do que disse em *Que Fazer?*. Afinal de contas, conforme a realidade concreta se alterava o partido precisava se transformar dialeticamente com a realidade. Uma amostra final desta mudança de acordo com a realidade concreta nos é dada por José Carlos Ruy em seu artigo "*Marx, Engels, Lênin: um partido proletário para construir um poder proletário*":

> Assim, quando a revolução de 1905 obrigou o czarismo a promover uma abertura democrática limitada e aceitar uma situação de relativa legalidade, Lênin defendeu a abertura do partido às

> massas, mantendo o aparelho clandestino. Naquela conjuntura, como depois de fevereiro de 1917, ele defendeu a formação de um amplo partido de massas baseado no centralismo democrático (expressão que usou pela primeira vez em 1905) (RUY, 2001).

Ou seja, o partido de vanguarda, o partido de quadros, explícito em *Que Fazer?*, já não deveria ser mais o mesmo na conjuntura pós-Revolução de 1905. Agora, o partido deveria ser de massas, aberto para a participação das massas que se organizavam nos sovietes. A Revolução Russa de 1905 exigiu a realização de um novo encontro do partido. Esse III Congresso do POSDR foi o primeiro que contou apenas com a participação dos bolcheviques, sob a liderança de Lênin. Uma das conquistas da Revolução foi a criação da Duma, o parlamento russo. Por óbvio, essa conquista estabeleceu uma virada na tática de organização partidária: agora a realidade exigia de Lênin a construção de um partido de massas para atuar nas novas condições oferecidas pelo país. O que esse percurso nos assegura é a não existência de um modelo único de partido em Lênin, pois cada realidade concreta e cada período histórico exigem sua própria organização partidária. Somente a análise das condições existentes em cada formação social e histórica poderá dizer se a opção deverá ser por um partido reduzido, de quadros, ou um grande partido de massas (JOHNSTONE, 1985).

A ciência política brasileira não ignorou essa teoria lenineana do partido político. Fernando Henrique Cardoso e Carlos Estevam Martins, por exemplo, incluíram na coletânea *Política & Sociedade* de 1979 um capítulo sobre Lênin com excertos de *Que Fazer?*. Os autores resumiram assim a importância da entrada do revolucionário russo na coletânea:

> Lênin desenvolveu o ponto de vista de que a classe operária, exclusivamente por suas ações espontâneas, não produz uma "teoria revolucionária"; esta é elaborada pela intelectualidade. Por outro lado, se não se forja uma organização centralizada, disciplinada e motivada firmemente pela teoria revolucionária, o economicismo e o espontaneísmo minarão as oportunidades efetivas para que a classe operária chegue revolucionariamente ao poder e construa o socialismo (CARDOSO e MARTINS, 1979, p. 5).

Também merece atenção o já mencionado volume sobre Lênin organizado por Florestan Fernandes na coleção *Grandes Cientistas Sociais*. Na introdução desse volume, Florestan (1989, p. 47) registra como legado de Lênin para a ciência política "suas contribuições de teor instrumental ou técnico, como as reflexões sucessivas sobre a organização e as tarefas do partido operário revolucionário; e, também, as análises empíricas ou práticas dos demais partidos russos, do movimento eleitoral, do parlamento, etc".

A teoria do Estado

> "O Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classe" (LÊNIN, 2017, p. 31).

A segunda grande contribuição de Lênin para a ciência política foi a sua teoria do Estado. Na teoria política, quando avaliamos uma teoria do Estado há toda uma linhagem que retorna pelo menos até o século XVI pois, como argumenta Gruppi (1980), "tudo começou com Maquiavel". Essa linhagem perpassa autores como Maquiavel, Jean Bodin, Thomas Hobbes, John Locke, Kant, Rousseau, Benjamin Constant, Tocqueville, Croce, Hegel, Marx e Engels. Lênin e Gramsci seriam os grandes nomes dessa teoria do Estado no século XX, segundo Gruppi. O marxista italiano não está sozinho nessa leitura. Martin Carnoy, em *Estado e teoria política,* fez a mais importante sistematização dos teóricos do Estado. E lá, mais uma vez, aparece Lênin em lugar de destaque. "O fundamental para Lênin era que o Estado é um órgão de dominação de classe e que, embora o Estado tente conciliar o conflito de classes [...], esse conflito é irreconciliável", resume Carnoy (1988, p. 79).

Os melhores elementos constitutivos do que seria uma teoria do Estado em Lênin estão apresentados em *O Estado e a revolução*, texto escrito em 1917, na véspera da Revolução Russa. Nesse texto, Lênin retoma a produção sobre o Estado feita por Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e por Marx em *A guerra civil na França*. Em síntese, o russo parte de Marx e Engels para demonstrar como seguinte:

> "se o Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classe, se ele é uma força que está acima da sociedade e 'cada vez mais se aliena da sociedade', então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta, mas também sem o extermínio daquele aparelho do poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnado essa 'alienação'" (LÊNIN, 2017, p. 31).

Se observada com atenção, essa passagem revela os quatro elementos constitutivos da teoria do Estado de Lênin:

- 1 – o Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classe;
- 2 – o Estado é uma força que está acima da sociedade e 'cada vez mais se aliena da sociedade';
- 3 - a emancipação da classe oprimida é impossível sem uma revolução violenta;
- 4 - a emancipação da classe oprimida é impossível sem o extermínio daquele aparelho do poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnado essa 'alienação'.

Vejamos cada um desses elementos de forma separada. Em primeiro lugar, a noção de que "o Estado é o produto do caráter inconciliável das contradições de classe" Lênin retirou de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Engels. Naquele texto clássico, Engels demonstra como é equivocada a tese de Hegel de que o Estado seja um poder imposto de fora à sociedade ou que seja "a realidade da ideia ética" ou "a imagem e a realidade da razão". Ao contrário, diz Engels (1984, p. 191), o Estado é "um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar".

Isso nos leva à segunda afirmação de que o Estado é uma força que está acima da sociedade e cada vez mais se aliena da sociedade. O Estado, na aparência, precisa parecer acima da sociedade para gerir o conflito. É Engels, mais uma vez, quem explica:

> "Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado" (ENGELS, 1984, p. 191).

O terceiro elemento dessa teoria do Estado é a afirmação de que a emancipação da classe oprimida é impossível sem uma revolução violenta. Ainda referenciado em Engels, Lênin (2017, p. 32) demonstra como a formação do Estado exige a instituição de uma força pública baseada em "destacamentos especiais de pessoas armadas tendo à disposição prisões etc". Em outras palavras, "o exército permanente e a polícia são os principais instrumentos da força do poder de Estado" (LÊNIN, 2017, p. 32). Como alternativa, "a classe oprimida se esforça por criar uma nova organização desse gênero, capaz de servir não aos exploradores, mas aos explorados" (LÊNIN, 2017, p. 32).

O quarto elemento da teoria do Estado de Lênin sustenta que a emancipação da classe oprimida é impossível sem o extermínio daquele aparelho do poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnado essa 'alienação'. Mas o que isso significa? Lênin parte aqui novamente de Engels, mas dessa vez do *Anti-Duhring* de Engels. A ideia que se apresenta é a seguinte: num primeiro momento, a revolução proletária precisa extinguir o Estado burguês; em seu lugar, assume um Estado proletário, a ditadura do proletariado; essa ditadura do proletariado faz com que os resíduos do Estado definhem até a sua morte. Isso é o que entende por definhamento do Estado.

Em síntese, nas palavras de Lênin, "a substituição do Estado burguês pelo proletário é impossível sem a revolução violenta. A extinção do Estado proletário, ou seja, a extinção de todo o Estado, é impossível de outro modo senão por meio de seu "definhamento" (LÊNIN, 2017, p. 44).

A teoria da democracia

> "O proletariado nunca vai esquecer que a verdadeira democracia não pode ser a burguesa" (LENIN, 2019, p. 202).

A forma como Lenin constrói sua teoria do Estado está intimamente relacionada com a sua teoria da democracia. Assim como o Estado deve ser compreendido como produto da luta de classes, o mesmo pode ser interpretado sobre a democracia. Antes de avaliarmos o pensamento de Lenin, vale a pena recuperarmos o que Marx entendia por democracia.

Em sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, o jovem Marx, com apenas 25 anos, buscou compreender aquilo que definia como a "verdadeira democracia". A "verdadeira democracia" que Marx busca é bem diferente daquela que foi efetivada pela burguesia no século anterior, em particular na Revolução Francesa. Pois, dirá Marx (2005, p. 97), essa conquista burguesa do sistema representativo apenas significa que "os membros singulares do povo são iguais no céu de seu mundo político e desiguais na existência terrena da sociedade". Após ter realizado seus estudos sobre a filosofia do direito de Hegel, Marx publicou, em 1844, dois artigos em uma revista chamada *Anais Franco-Alemães*: *A questão judaica* e *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Há aqui uma transição teórica: da ideia de "verdadeira democracia", Marx passa a entender como "emancipação humana" o lócus ideal a ser alcançado. Para Marx (2010), o fim do século XVIII e início do XIX traz para as sociedades desenvolvidas duas possibilidades de emancipação. A primeira delas é a emancipação política, entendida como a simples democracia, própria das revoluções burguesas, como as da França, Inglaterra e Estados Unidos. Em sua síntese, "a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente" (MARX, 2010, p. 54). A emancipação humana é, no entanto, um passo para além da mera emancipação política; trata-se da emancipação plena dos homens, aquilo que, posteriormente, chamará de comunismo.

Quatro anos depois, com o *Manifesto Comunista* de 1848, Marx ao lado de Engels efetivam uma nova transição. No *Manifesto*, a palavra democracia aparece uma única vez. Marx e Engels (2010, p. 57) explicam "que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia". Como já tive a oportunidade de demonstrar alhures, a democracia

que aparece no *Manifesto* não é a "verdadeira democracia". "A 'democracia" apontada no *Manifesto* é, portanto, a 'democracia burguesa', e sua conquista é instrumental tendo em vista o objetivo posterior de chegar ao comunismo" (RODRIGUES, 2018). Pouco tempo depois, Marx passou a definir essa primeira fase da revolução operária que antecipa a "verdadeira democracia" como "ditadura do proletariado". Diz Marx em sua famosa carta para Weydemeyer de 1852:

> Nenhum crédito é devido a mim por ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna ou a luta entre elas. Bem antes de mim, historiadores burgueses tinham descrito o desenvolvimento histórico da luta de classes, e economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo foi provar: (1) que a existência das classes está apenas ligada a fases históricas do desenvolvimento da produção; (2) que a luta de classes leva necessariamente à ditadura do proletariado; (3) que essa mesma ditadura só constitui a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes (MARX, 2000, p.371-372, tradução nossa).

Em resumo, ao longo de sua juventude Marx transita da ideia de "verdadeira democracia" para a de uma sociedade sem classes que é antecedida por uma fase conhecida como "ditadura do proletariado". Feito esse breve preâmbulo, podemos agora compreender mais facilmente como Lênin formula sua teoria da democracia em íntima relação com a sua teoria do Estado. Para Lênin, em *O Estado e a revolução*, a democracia mais completa é a da ditadura do proletariado. Mas mesmo essa democracia acabará com o surgimento do comunismo, da sociedade sem classes. Pois, assim como há um definhamento do Estado após a revolução socialista, também há um definhamento da democracia. "Depois da revolução socialista", diz Lênin (2017, p. 40), "a forma política do 'Estado' é a democracia mais completa". E ele continua: "a democracia também desaparece quando desaparece o Estado. O Estado burguês só pode ser 'extinto' pela revolução. O Estado em geral, isto é, a democracia mais completa, pode apenas 'definhar'" (LÊNIN, 2017, p. 41).

Em sua conhecida polêmica contra Kautsky, em 1918, Lenin (1971) criticou o fato de o alemão tratar a democracia como algo abstrato, acima das classes sociais. Existiria para Kautsky uma "democracia pura", independentemente da

existência material das classes sociais. "Pode-se, pois, dizer que a democracia é possível sem o socialismo, e que pode mesmo ser realizada antes dele", argumentava Kautsky (1979, p. 7). A discordância de Lenin (1971, p. 35) foi ríspida: "A 'democracia pura' é somente uma frase enganosa de liberal que procura lograr os operários. A história conhece a democracia burguesa que substituiu o feudalismo e a democracia proletária que substituiu a democracia burguesa". Os dois, profundos conhecedores de Marx, partiram de Marx para conclusões completamente diversas, e, por causa dessas interpretações distintas, um mar se abriu entre social-democratas e comunistas ao longo do século XX.

Considerações finais

Em síntese, o presente artigo sistematizou alguns elementos de uma ciência política lenineana. Como vimos, tendo como referencial a obra de Marx e Engels, Lênin atualizou para o início do século XX as teorias do partido, do Estado e da democracia. Suas formulações sobre o partido são ainda hoje reproduzidas na prática de partidos comunistas em todo o mundo. Sua interpretação sobre o caráter de classe dos Estados – ainda que atualizada ou reorganizada pela ciência política marxista mais recente, em particular na obra de Poulantzas – não pode ser ignorada. Já os seus apontamentos sobre os limites da democracia burguesa, ou da democracia liberal, estão ainda presentes em parte da teoria política contemporânea. Por tudo isso, não há dúvidas de que Lênin deva ser considerado um autor fundamental da literatura da ciência política contemporânea.

ENVIADO em 15/05/2024
Aprovado em 23/06/2024

Referências bibliográficas

BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BUONICORE, Augusto. Lenin e o partido de vanguarda. **Princípios** 69. 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. **Política & Sociedade**. Vol. 2. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** Campinas: Papirus, 1988.

COITINHO, Rita. A dialética centro-periferia: a contribuição de Lênn para a análise das relações internacionais contemporâneas. In: PRESTES, Ana; PAUTASSO, Diego. **Teoria das relações internacionais:** contribuições marxistas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

FERNANDES, Marcelo Pereira. Lênin, capital financeiro e financeirização. In: BARROSO, Aloisio Sergio; BERTOLINO, Osvaldo. **Lênin, um século depois**: teoria e história. São Paulo: Anita Garibaldo, 2024.

FERNANDES, Luis. **A revolução bipolar**: a gênese e derrocada do socialismo soviético. Rio de Janeiro: Anita Garibaldi, 2017.

FERNANDES, Florestan (org). **Lênin**: política. São Paulo: Ática, 1989.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980.

JOHNSTONE, Monty. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBSBAWM, Eric. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6.

KAUTSKY, Karl. **A ditadura do proletariado.** São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

LÊNIN, Vladímir. **Democracia e luta de classes.** São Paulo: Boitempo, 2019.

LÊNIN, Vladímir. **O Estado e a revolução.** São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas**. Tomo 1. Lisboa: Edições Avante, 1980.

LENIN, Vladímir. **A revolução proletária e o renegado Kautsky.** Póvoa de Varzim: Ed. Nosso Tempo, 1971.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. Marx to Weydemeyer, 5 march 1852. In: MCLELLAN, D. (Org.). **Karl Marx selected writings**. New York: Oxford University Press, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

OSÓRIO, Luiz Felipe. **Imperialismo, Estado e relações internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

RODRIGUES, Theófilo. Democracia e ditadura na teoria política de Marx e Engels. **Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea**, 16(41), 2018.

RODRIGUES, Theófilo. A contribuição de Engels para a teoria dos partidos políticos. In: RODRIGUES, Theófilo. **Engels 200 anos***:* ensaios de teoria social e política. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

RODRIGUES, Theófilo. A sociologia de Lênin: formação social e via prussiana. In: BARROSO, Aloisio Sergio; BERTOLINO, Osvaldo. **Lênin, um século depois**: teoria e história. São Paulo: Anita Garibaldo, 2024.

RUY, José Carlos. Marx, Engels, Lênin: um partido proletário para construir um poder proletário. **Principios** 62. 2001.